

# Afonso Arinos pede consenso na Sistematização

JOÃO BOSCO RABELLO

BRASÍLIA — Não foi a mais barulhenta, mas certamente a mais grave crise vivida pela Constituinte, a que resultou, semana passada, no confronto entre os dois grupos de parlamentares recrutados pelo Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral, para auxiliá-lo na tarefa de reunir num anteprojeto constitucional os trabalhos das oito comissões temáticas. O confronto, de fundo nitidamente ideológico, foi um prenúncio do que poderá ainda ocorrer caso "moderados" e "progressistas" não partam do princípio de que o momento exige de todos capacidade de transigir.

O diagnóstico é do Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos, que não acha suficiente a trégua entre os dois grupos obtida no final da semana por Bernardo Cabral. O jurista Afonso Arinos, Coordenador do anteprojeto encomendado pelo falecido Presidente Tancredo Neves — e

não adotado pelo Governo Sarney — acha que a Comissão de Sistematização começa a trabalhar com um equívoco: o de criar um clima de disputa, quando seu papel é o de conciliar.

— A ficar como está, é melhor acabar a Comissão de Sistematização — disse.

O Senador identifica justamente na recusa do Governo em acolher o anteprojeto da Comissão Constitucional que presidiu — e, portanto, enviá-lo aos Constituintes como ponto de partida para seus trabalhos — o erro de origem que provocou a avalanche de propostas em que mergulham agora os membros da Comissão de Sistematização.

— Desse jeito, a futura Constituição promete ficar mais para listas telefônicas do que para uma Carta de princípios como os Dez Mandamentos — observa Arinos.

Para o Presidente da Comissão de Sistematização, as idéias, sem anteprojeto, dispersaram-se pelas Subcomissões e desagüaram num emaranhado de propostas conflitantes a serem destrinchadas em prazo exíguo.

Afonso Arinos atribui a atitude do Governo Sarney em não patrocinar o anteprojeto da Comissão Constitucional formada por Tancredo Neves ao receio de criar um clima psicológico favorável ao debate prematuro do parlamentarismo. Ele admite também que possa ter havido temor do Governo ao identificar no anteprojeto uma excessiva estatização da Economia.

— O fato é que eu não tiro muito a razão do Presidente Sarney. Ele não interferiu, sempre elogiou o anteprojeto, mas não o assumiu para enviar aos Constituintes. Quando fui chamado por Tancredo Neves, não houve recomendações e, por isso, a Comissão fixou aquilo que lhe parecia o ideal — observou.

Assimilados os efeitos nocivos da não adoção do anteprojeto, o Senador acha que os membros da Comissão de Sistematização devem conscientizar-se de que a tarefa a eles destinada reveste-se de dupla importância: a primeira, é superar as dificuldades impostas pelo erro de origem; a segunda, de abrirem seus espíritos para a necessidade

de corresponder ao objetivo da Comissão, que é o de conciliar as tendências.

— Essa advertência que faço é importante, porque se não houver entendimento não há sentido na Comissão. Tenho que lutar para evitar que o trabalho em nível parlamentar se torne inviável, e isso eu posso fazer.

Na opinião de Afonso Arinos, Bernardo Cabral atuou com firmeza para apaziguar os ânimos entre o grupo de relatores-adjuntos e os relatores auxiliares, mas é necessário que os próprios parlamentares se policiem para não se desviarem do caminho da negociação política. No momento em que fazia essa análise, o Senador recebeu em seu gabinete o Deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), Relator da Subcomissão da Reforma Agrária, e aproveitou para estender-lhe o apelo em favor da negociação. Ouviu em resposta, que "a direita resiste demais". Arinos, então, brincou:

— Mas eu confio nos radicais para a conciliação.

## Grupos ideológicos iniciam negociação e caça aos votos

PAMELA NUNES

BRASÍLIA — Entendimento. Esta foi a palavra de ordem na Constituinte no decorrer da semana. Apesar disso, o diálogo entre os Constituintes limitou-se a conversas isoladas, sem característica de articulações políticas. Nesse intervalo das duas fases dos trabalhos, entretanto, já foi possível identificar os principais articuladores dos grupos ideológicos que compõem a Constituinte. São esses políticos que irão comandar as negociações com vistas à aprovação de um texto constitucional que expressa a média da população brasileira.

A próxima semana será marcada pelo início das negociações entre os grupos ideológicos e também pela tentativa de um acerto das cúpulas do PMDB e do PFL, que deverá se estender aos demais partidos. Os principais articuladores serão os Presidentes do PMDB, da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães, e do PFL, Marco Maciel. Esse acordo, cujo inspirador é o Presidente José Sarney, visa a evitar a radicalização na Constituinte.

A necessidade de consenso já foi destacada por Ulysses, pelo Presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, pelos Líderes Mário Covas, Carlos Sant' Anna e Marco Maciel. E, na verdade, a única forma de se elaborar uma Constituição duradoura. A radicalização na votação das propostas das Comissões da Ordem Econômica e da Ordem Social desagradou aos dois lados: "progressistas" e "moderados".

Os dois grupos estão conscientes de que sem os votos dos Constituintes de "centro" não será possível fazer valer, daqui para frente, os seus pontos de vista. E sabem também que, sem negociação, será praticamente impossível evitar o confronto no plenário da Constituinte, com consequências negativas para todos.

Por isso, além de negociar, darão início a uma verdadeira corrida em busca dos votos dos políticos de "cen-

tro". Do lado dos "moderados", os principais articuladores serão Afif Domingos (PL-SP), Prisco Vianna (PMDB-BA), Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Jarbas Passarinho (PDS-PA) e Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO). Mantendo o comportamento discreto adotado desde o início da Constituinte também estarão à frente das articulações os ex-Ministros Delfim Netto (PDS-SP) e Roberto Campos (PDS-MS). No grupo dos "progressistas" atuarão Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), Roberto Freire (PCB-PE), Fernando Sant' Anna (PCB-BA), Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP), tendo à frente o Líder do PMDB, Mário Covas.

Os dois grupos já têm acertados os pontos que consideram inegociáveis. Os "moderados", apesar de defenderem mandato de seis anos para o Presidente Sarney, votarão pelos cinco anos. Também são, em sua maioria, presidencialistas, mas concordam com o parlamentarismo proposto pela Comissão da Organização dos Poderes. São pela livre iniciativa, contra qualquer tipo de intervenção do Estado na Economia (salvo nos casos de segurança nacional), contrários à reserva de mercado e a favor da abertura do País ao capital estrangeiro. Não gostariam de avançar nas questões agrárias além do que já está previsto no Estatuto da Terra.

Os "progressistas", por sua vez, já estão preparando um documento com as questões inegociáveis. Defendem a destinação de verbas públicas unicamente para o ensino público e uma melhor definição de empresa nacional. Em relação à reforma agrária, querem o estabelecimento do limite para a propriedade rural como um dos requisitos da função social da terra, embora já aceitem que seja fixado por lei ordinária. Vão lutar pela jornada de 40 horas e pela estabilidade no emprego. Querem, ainda, a exclusão dos contratos a termo e a manutenção da reserva de mercado para a informática nos termos atuais, e exigem a garantia do monopólio do petróleo e dos minerais nucleares.